



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL

**MOVIMENTO FEMINISTA E A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO
SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA CONTEMPORANEA**

Nathalia Catarina Gomes da Silva

Brasília (DF)

2019

NATHALIA CATARINA GOMES DA SILVA

**MOVIMENTO FEMINISTA E A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO
SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA CONTEMPORANEA**

Monografia apresentada como pré-requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Ciência Política pela Universidade de
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Aparecido
Trindade

Parecerista: Prof^a. Dr. Rebecca Abers

Brasília (DF)

2019

Para todas as mulheres na política. Também, à minha professora de filosofia no ensino médio,
Marilena (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Sou grata à incontáveis pessoas que estiveram presentes em muitas fases da minha vida. Na impossibilidade de agradecer cada um, quero que todos sintam-se devidamente lembrados.

Primeiro agradeço infinitamente a todos os professores, desde aqueles das matérias mais específicas na UnB, até aos que me ensinaram as habilidades mais básicas. Nesse sentido, gostaria de destacar, o professor Agnaldo que por mais distante que pareça, teve influencia gritante na minha formação. É por profissionais como ele que ainda acredito no futuro da educação. Assim como, agradeço ao orientador dessa monografia, Thiago Trindade.

Partindo aos agradecimentos à minha família. Pai, eu não tenho nem palavras para começar a descrever tudo que fez por mim ao longo de tantos anos, obrigada por tudo. Mas, principalmente, o senhor sabe que teve participação imensa na decisão de optar seguir nessa área, obrigada por me ensinar que o coração bate do lado esquerdo peito.

Mãe, assim como disse acima, as coisas que a senhora e o pai fizeram por mim são incontáveis. Obrigada por todos os sacrifícios que fez, por tantas vezes que me colocou a frente das suas próprias vontades. Saiba que nós somos mais parecidas do que pensa, e eu me orgulho disso.

Sarinha, minha irmã, se eu fosse listar todas as vezes que nós fomos as melhores amigas do mundo, eu passaria a eternidade escrevendo. Se eu fosse listar todas as vezes que nós brigamos pela menor besteira possível, também passaria igual tempo. Obrigada por ser quem você é, por ouvir meus podcasts e por ter descoberto como funciona a declaração retroativa do IRPF, lá naquele fevereiro de 2015. Quero um dia ser igual a você.

Vó Ida, obrigada por ser a única a vir me visitar, ou ligar pra saber como estou, ou até mesmo, planejar passar as férias aqui – o que não é tão atrativo assim pra senhora. Guardo isso com muito carinho, e te espero aqui para irmos conhecer novos lugares por aí.

Por fim, mas de jeito nenhum menos importante, agradeço ao Caio Victor, minha família em Brasília. Obrigada por tudo que você já me ensinou, por todas as vezes que me socorreu, das diversas vezes que não me deixou desistir de tudo. Obrigada também por todos os dias na parada da L2 Norte, todas as festas, os parques, os almoços no RU e as escapadas para o amarelinho. Você significa pra mim, muito além daquilo que pode imaginar, meu amigo.

RESUMO

O trabalho a seguir pretende dispor sobre a atualização do movimento feminista, com ênfase para as pautas acerca da descriminalização do aborto. Esse encaixe contemporâneo se dá por meio de uma atualização de formas para apresentar-se e construir sua mobilização, a partir de um meio novo, a internet. Parto da ideia de ser possível realizar-se política de maneira online e não vinculada à uma instituição estatal.

Para tal, o trabalho é dividido em três partes, sendo a primeira uma revisão e apresentação teórica do ponto de vista a ser abordado, já na segunda encontra-se um debate acerca da construção do dito movimento feminista (e da teoria pelo abortamento seguro), e por fim, na terceira, uma visão sobre os conceitos de ciberativismo e como o anteriormente exposto se coloca nesse contexto.

Palavras-chave: Movimento feminista, participação política, aborto, ciberativismo.

ABSTRACT

This paper intends to dispose of the updating of the feminist movement, with emphasis on the guidelines on the decriminalization of abortion. This contemporary link takes place through an update of ways to presents itself and builds its mobilization, from a new media, the Internet. I take the idea that it is possible to conduct politics online and not linked to a State institution.

To this end, that activity is divided into three parts, the first being a review and theoretical presentation from the point of view to be approached, In the second one, there is a debate about the construction of the feminist movement (and the Theory about a safe way to abort), and finally, in the third, a view of the concepts of cyberactivism and how the previously exposed one puts it in this context.

Keyword: feminist movement, politic participation, abortion, cyberactivism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO BRASIL	10
CAPÍTULO 2 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO FEMINISTA	17
A. Visão geral sobre o aborto no Brasil	19
CAPÍTULO 3 – NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO	24
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Talvez para quem está dentro da academia, ou obteve de alguma forma acesso ao conhecimento, principalmente aquele ligado à história dos pensamentos políticos, sociais e econômicos, seja do Brasil, da América Latina ou do mundo como um todo, pode parecer pouco desnecessário que lembremos a todo instante das origens de determinada corrente teórica. Entretanto, uma vez que, estou escrevendo sobre formas de participação política não-institucionais, creio ser de suma importância a contextualização do referido trabalho, pois gostaria que este se encontrasse ao alcance e entendimento de qualquer pessoa que se proponha a lê-lo.

Para o desenvolvimento deste trabalho é pensado como fio condutor a problemática envolta das questões de participação política da população, tratando aqui de sua maneira extra-institucional, e com foco específico no caso brasileiro. Para tanto, pensa-se em tomar como inspiração a agenda de pesquisa proposta pelas professoras Rebecca Aberrs e Marisa von Bülow (2011), as quais apresentam a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre como diferentes modos de organização social ultrapassam cada vez mais as barreiras entre sociedade civil e Estado.¹

Considerando o exposto acima, visto traçar um panorama geral de como encontra-se o estado da arte dos debates sobre participação no Brasil, para então ser possível relacionar o mesmo com o possível objeto de estudo – a ser apresentado a seguir – e como isso dialoga com as maneiras atuais de inclusão política. É pretendido ver também um estudo de caso abrangente sobre as diretrizes políticas do movimento feminista quando circunscrito nessa lógica. Entretanto, isso se dá para que possamos compreender quais são as discussões políticas sobre a possível descriminalização do aborto em nosso país. E como essa pauta que atravessa gerações vem se comportando nos últimos anos.

Coloco essa compreensão como fator importante, visto que, nos últimos anos é retratado a volta de um aumento significativo de vertentes conservadoras, em muito ligados à religião, nos meios institucionais de acesso para as decisões da vida coletiva. Esse é o cenário retratado na Câmara dos Deputados com a ascensão da Bancada da Bíblia que se posiciona contrariamente às reivindicações sobre direitos reprodutivos no geral. Logo, trata-se de uma

¹ Vale lembrar que a pretensão não é prender-se aos pontos elencados pelas autoras supracitadas, uma vez que, é um debate de proporções amplas e disponho de limitações materiais para a execução de pesquisa exaustiva.

pesquisa atual sobre o comportamento dos movimentos sociais voltados para o tema, uma vez que precisaram tomar para si todo o trabalho político requerido. Utilizo aqui como justificativa para tal colocação, as conclusões de Maria das Dores Campos Machado (2012), mesmo que essa tenha como propósito analisar o contexto eleitoral de 2010 é interessante trazê-la para ilustrarmos como as configurações de poder estão se desenhando. Segundo a autora, os atores religiosos sejam individuais ou coletivos que por diversas razões ganharam destaque devido às suas tendências que visam o novo “surgimento de novas formas de ativismo religioso, articulando líderes religiosos e ONGs na defesa da ordem sexual e social tradicional e a judicialização dos conflitos sociais” (CAMPOS, 2012, p. 49). Isso se dá à despeito das pautas dos movimentos feministas e LGBT, que ganham destaque em meios sociais, principalmente na internet nos últimos anos. Ainda colocando Campos, vimos que essa análise pode, em muito, ser estendida não somente por todo o território brasileiro, mas também para toda a América Latina.

Dado isso, podemos dizer que esse trabalho se fundamenta em dois objetivos principais. Dentre os quais, o primeiro podemos colocar como a procura por inserir-se nos meios de construção de um movimento voltado à participação política nos tempos atuais, ou seja, a tentativa de contribuir para a base de um campo de estudos cada vez mais necessário para entendermos como a organização das pautas sociais vem se formando com o passar dos anos, neste caso, a crescente da internet no dito contexto. Já o segundo, assim como colocado de maneira breve acima, é apresentar como encontramos o movimento feminista, em especial a pauta acerca da descriminalização de procedimentos abortivos no Brasil entropostos nessa proposta de trabalho, a fim de compreendermos como ambos funcionam.

Com esse propósito, a presente monografia foi dividida em três capítulos, mais uma conclusão do que fora estudado. No primeiro, intitulado “Participação Política e Social no Brasil” procuro entender os conceitos fundamentais para a modelagem desse trabalho, assim como apresento ao leitor quais os caminhos que pretendo seguir com a formulação do trabalho. No segundo, por sua vez, chamado de “Participação Política no Movimento Feminista” é o momento reservado para entendermos como se dá a junção dos dois objetivos pretendidos ditos acima, assim como, demonstrar um panorama brasileiro sobre a problemática do objeto de estudo, com destaque para a subdivisão colocada como “Visão geral sobre o aborto no Brasil”. Por fim, o último capítulo colocado como “Novas Formas de Mobilização” tem como objetivo contribuir para a atualização do campo estudado, também busca apresentar a possibilidade de mesclar o estudo de termos como o *ciberativismo*, aqui

entendido como a formação de novos ativismos políticos por intermédio da internet, e as agendas já existentes na política nacional, além de demonstrar a necessidade de passarmos a compreender esse como uma realidade a ser considerada para o melhor entendimento do futuro dos movimentos sociais no país.

CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO BRASIL

Fundamentando-se pelos pressupostos acima, iniciamos a exploração dos debates sobre participação social e política da população em pontos que de alguma forma tangenciam unidades de decisão coletiva. Ou seja, como diferentes pessoas encontram maneiras de formar blocos de reivindicações para assim aumentarem a força e relevância de suas pautas perante os entes com poder de decisão já existentes e, no geral, de modo oficial. Esse entendimento do que vem a ser os chamados movimentos sociais nos permite compreender a importância que eles ganharam em nosso ao longo dos últimos pelo menos trinta anos, dado a redemocratização do Estado brasileiro. Datando dessa época também a virada para o então “enfoque sociológico”, sendo esse uma vertente dos estudos acadêmicos sobre deveriam ser entendidos as novas formas de fazer-se política.

É, mais claramente, na última década do século XX que ocorre o grande *boom* dos estudos sobre a dita participação nos meandros estatais, ou ainda melhor, se seria possível pensar no futuro, não muito distante, da democracia para além dos limites burocráticos que regem os Estados Nacionais. Tal relação contextual pode ser melhor compreendida síntese de Trindade (2014), o qual, busca expor como se deu essa corrente no Brasil;

[...] o tom assumido pelo debate sobre a nova sociedade civil nos anos 1990 guarda forte semelhança com a produção teórica da década anterior, quando os movimentos sociais haviam sido eleitos como os agentes por excelência da transformação social. No decorrer da década de 1980, contexto em que o debate teórico foi diretamente influenciado pelas lutas populares em prol da retomada do regime democrático, os movimentos sociais emergiram no cenário acadêmico como figura de destaque, sob a qual foram depositadas vastas expectativas de cunho normativo em relação à tarefa que os mesmos poderiam (e deveriam) desempenhar (p. 67).

Para esse fim, precisamos entender ao menos um dos conceitos utilizados para validar a origem da possibilidade de a população obter tal participação política como sugerida anteriormente. De modo geral, esse ponto de partida pode ser visto em Habermas (1984)², quando o autor propõe ser papel da Esfera Pública a construção para o entendimento de como uma rede de agentes trabalha para a construção de debates que influenciem de modo direto,

² Dentre outras obras destinadas a detalhar e replicar seus ideais sobre o conceito de Democracia Diretamente Deliberativa proposto.

ou não, o processo de tomada de decisão. Sendo o principal ponto dessa lógica, a estruturação do diálogo acerca dos determinados temas tratados à época.

Ademais, a fim de elencar a crítica trazida por essa monografia, trago os trabalhos de Iris Marion Young (2014), pois é em seus escritos que podemos encontrar uma pertinente observação sobre a colocação de um dos principais pontos deficitários acerca da questão social no contexto nacional, uma vez que,

os processos normais de deliberação frequentemente restringem, na prática, o acesso aos agentes com mais recursos, conhecimentos ou conexões com quem detém maior controle sobre o fórum. Já conhecemos as muitas manifestações dessa efetiva exclusão da deliberação.[...] Mesmo quando se anuncia uma série de audiências públicas para tratar de um tema, as pessoas que talvez quisessem falar nelas precisam ficar sabendo delas, ser capazes de organizar seus horários de trabalho e do cuidado com os filhos para poder participar, conseguir chegar até lá e ter conhecimento suficiente do processo de audiência para participar. Cada uma dessas habilidades está presente de forma desigual entre membros de uma sociedade. (p. 199)

Portanto, o entendimento proposto é sobre ser necessário uma junção de esforços pessoais a fim de conseguir quebrar a sistemática evidenciada logo acima. Quer dizer, pauto aí a relevância aqui ganha pelos movimentos sociais no Brasil democrático.

Autores como Leonardo Avritzer (2012) e Rebecca Aberrs e Marisa von Bülow (2011) detectam certos padrões no que diz respeito a precedência desse modo de participação em nosso país. O primeiro autor coloca que nós em momentos díspares de nossa história chegamos a realizar certa “[...] transição difícil de um país com uma forte tradição de privatismo para um país com várias tradições políticas, entre elas a tradição de associações da sociedade civil independentes.” (2012, p. 395). O mesmo autor crê também que a cultura participativa teve considerável evidência no período pós constituinte.

Entretanto, as demais autoras apresentadas no parágrafo supracitado trazem importante reflexão sobre o real destino da participação acumulada no país. Isso porque, segundo as mesmas existem dois pontos de chegada para os movimentos existentes no decorrer da década de 1990 e principalmente os primeiros anos de 2000, sendo eles “a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado” (2011, p. 65). Dessa forma, confirmamos outro ponto trazido por Avritzer (2012), sobre como os movimentos sociais tal

qual se encontravam em um passado não muito distante, podem estar imbricados ainda com o funcionamento do Estado.

Nesse sentido trazemos também as reflexões de Evelina Dagnino (2004) que ao realizar uma retrospectiva histórica nos acontecimentos políticos decorridos na década de 1990 – apontando o início da mudança de seus paradigmas ainda em 1989 com a eleição de Fernando Collor – enfatiza a existência do projeto neoliberal fortemente defendido à época. Ou seja, a defesa de que a diminuição do aparelhamento da máquina pública a fim de chegar ao ideal “Estado Mínimo” seja o caminho correto a ser perseguido. Lembrando, outra vez, que a autora aponta essa característica comum não só no Brasil, mas como também em todo o continente.

Assim sendo, chega-se à conclusão colocada em seu texto aqui trabalhado “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, de que há um dado desconforto por parte dos participantes dos movimentos sociais durante essa década, por estarem a servir certa “[...] confluência perversa entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.” (2004, pp. 96 e 97). Isto é, tornou-se cada vez mais necessário o engajamento da população em pautas comuns para que essas consigam atingir seus objetivos coletivos, em virtude da dita redução pretendida do controle estatal sobre a vida privada e o mercado como um todo. A autora resume esse ponto nas seguintes linhas;

Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente — mas não só — pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências. (2004, p. 97)

Entretanto, Avritzer (2012) aponta outro desdobramento para essa pauta no contexto brasileiro. E é importante dizer que muito dessa notada diferença se dá somente pelo distanciamento temporal que o autor teve em seu texto, podendo analisar todo o período da primeira década do século XXI, com destaque para a era Lula da Silva, que no texto de Dagnino estava apenas em seu segundo ano, e no de Avritzer já era findado e iniciava-se então o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. Essa diferença aponta o papel de destaque

que os movimentos sociais ganharam durante o citado governo, e como a tocante relação entre ambos espectros se tornaram primordiais para a sobrevivência das pautas trazidas de fora do Estado. Levando destaque as já muito estudadas políticas de orçamento participativo municipal. Segundo o autor, no que diz respeito aos movimentos sociais no período referido, “seus laços mais fortes são com o Partido dos Trabalhadores e com as políticas participativas por ele implementadas no nível local, e sua participação varia em função da presença ou não do PT no poder.” (2012, p. 394). Vale lembrar, nesse caso, que o autor refere-se ao âmbito municipal, não exclusivamente ao nível federal de política, o que limita, em partes, o uso de suas escritas, uma vez que, o faz para exemplificar seu objeto de estudo nesse campo. Entretanto, utilizo-me ainda dessas considerações, pois, como veremos no próximo capítulo, muito tem o movimento feminista de caráter subnacional mesmo que em sua origem, assim como o apresentado acima.

Com isso em mente retornamos aos estudos de Abers e Bülow (2011) sobre os possíveis “novos movimentos sociais”³, que buscaram entender e em muito desqualificar aqueles que viriam no futuro a estar dentro do Estado. A proposta das autoras é que não se deve estudar esse fenômeno colocando como uma vertente pormenorizado de sua relevância e “militância” o fato de se encontrarem dentro do Estado, além de que, muitas pautas tomam ainda mais força quando apoiadas por entes oficiais. Contudo, utilizando desse trabalho, o que nos será útil para entender a situação atual das pautas sociais em nosso país, é uma percepção destacada por elas no começo de seus trabalhos, quando colocam que “[...] o termo “novos movimentos sociais” foi sendo substituído pela noção mais ampla de “sociedade civil” (2011, p. 55). O que, na prática quer dizer que,

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais “deixou, então, de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um lócus, a sociedade civil” (Alonso, 2009, p. 75). [...] os autores já não focam mais em movimentos sociais específicos. Em vez disso, falam de uma multiplicidade de atores e organizações, caracterizados não tanto pela sua temática (meio ambiente, juventude, feminismo, etc.), mas sim pela sua luta comum por criar um espaço de liberdade comunicativa. (2011, pp. 55 e 56).

Essa ideia pode ser mais uma vez comprovada se voltarmos a realizar um paralelo com o trabalho de Avritzer (2012), quando coloca sobre as diferentes fases que as correntes

³ Os quais já ganharam destaque desde meandros da década de 1960 a 1980, e segundo as autoras influenciaram o modo como percebemos a relação e o estudo dos movimentos sociais.

estudiosas de participação política passaram no Brasil. Em resumo, é defendido que os processos de entendimento desse campo passaram por dois períodos na história recente, sendo o primeiro deles encontrado mais comumente durante meados dos anos oitenta, quando “ [...] a sociedade civil estava preocupada com a autonomia, a democratização das políticas públicas e o estabelecimento de formas de controle público sobre o Estado, preocupações que inspiraram o marco analítico que pensou a questão da autonomia.” (2011, p 392). Já o segundo com maior vigência a partir da segunda metade dos anos noventa, se estendendo até a década seguinte, como já foi apresentado acima, com isso “[...] a sociedade civil brasileira começou a se preocupar com o estabelecimento de uma forma mais ampla de participação pública na maioria das áreas de políticas públicas” (2011, p 392).

Pensando em ampliar os nossos entendimentos acerca do tema, trago também críticas traçadas a este campo de estudo. Ora tais críticas podem ser colocadas para o entendimento geral de deliberativismo, ora são apresentadas para as áreas participativistas.

Começamos, entretanto, com uma consideração de Schwartzberg (1979) a respeito do que vem a ser a ideia de grupos de pressão e qual sua real participação na política. Conceito, o qual pode ser entendido com diversos desdobramentos. Isso possivelmente, se dá pelas duas frentes que compõem esse pensamento, frentes essas que convergem em um princípio único. Mas antes, vamos discutir o que vem a ser grupos de pressão e sua importância para o cenário político contemporâneo.

No trabalho “Sociologia Política: Elementos de Ciência Política”, Schwartzberg (1979), tenta apresentar-nos os objetivos por ele mensurados para a formação dos ditos grupos de pressão, uma vez que, seu funcionamento é tão antigo quando a própria ideia de governo, a exemplo podemos observar a influência da igreja nos governos, seja de modo oficial ou não. Logo, um dos fundamentos para basear o maior destaque devido a esses grupos é o fator desse,

Renunciar às descrições de instituições, excessivamente jurídicas e formais, e frequentemente demasiado otimistas. Na realidade, as decisões tomadas pelos poderes públicos são a resultante de uma relação de forças entre interessados. Portanto, é necessário apreender o real: interessando-se mais nos processos do que nas estruturas, nos grupos que verdadeiramente controlam o poder mais do que no ajustamento constitucional (p. 613)

E ainda, o autor dentre outras divisões, propõe a distinção entre grupos de interesses e grupos de ideias. Sendo o primeiro, aquele que, de fato, se organiza de modo complexo para

prosseguir na tentativa de influenciar as tomadas de decisões que perpassem suas pautas, já o segundo tem por *leitmotiv* a disseminação de suas ideias, sem projetar ações bem arquitetadas. (Schwartzberg, 1979, p. 618). Com isso, conseguimos concluir que mesmo os grupos paraestatais já existentes funcionam sob suas próprias regras e possuem forças de impacto, no mínimo, muito diferentes entre si, tornando impossível para nós encaixarmos todos dentro de uma mesma caixa teórica de participante ou não participante da tomada de decisão estatal.

Ademais, Iris Marion Young (2014) apresenta críticas, por sua vez, à composição dos meios onde as decisões coletivas seriam tomadas, e por onde ela conversaria com a formação dos grupos de identificação da sociedade civil.

os processos normais de deliberação frequentemente restringem, na prática, o acesso aos agentes com mais recursos, conhecimentos ou conexões com quem detém maior controle sobre o fórum. Já conhecemos as muitas manifestações dessa efetiva exclusão da deliberação.[...] Mesmo quando se anuncia uma série de audiências públicas para tratar de um tema, as pessoas que talvez quisessem falar nelas precisam ficar sabendo delas, ser capazes de organizar seus horários de trabalho e do cuidado com os filhos para poder participar, conseguir chegar até lá e ter conhecimento suficiente do processo de audiência para participar. Cada uma dessas habilidades está presente de forma desigual entre membros de uma sociedade. (p. 199)

E ainda se realizarmos um recorte mais minucioso dessa problematização apresentada acima, vemos não haver restrições apenas acerca das condições de impossibilidade de comparecimento ou de conhecimento adequado em determinada área do conhecimento, mas também, naquilo que é colocado por Silva (2004, p. 11) como um dos rebates existentes para essa linha de pensamento, sendo então, um dos problemas dessa teoria, que vem a ser sua vontade de “pretender anular as diferenças que definem as identidades de grupos como as mulheres, os homossexuais, os trabalhadores, certos grupos étnicos, etc.”, já que, em tese todos deveriam debater e ter oportunidades de participar de coletivos em aspectos igualitário.

Tendo em vista o exposto aqui, partimos para o estudo específico de como se encontra – ao menos em partes – a atual forma de participação social e política nos campos de decisão. Utilizaremos na próxima parte dessa monografia, o caso próprio do movimento feminista, com ênfase em sua agenda sobre a descriminalização do aborto, assim como foi dito anteriormente. Porém com a diferença que pretendemos traçar um paralelo entre as maneiras contemporâneas de se pregar o ativismo político e como isso influencia a continuidade do

citado movimento. Ou melhor, se seria possível tratar o ciberativismo como uma nova forma de entendimento das teorias de participação, e como ele influencia a vertente apresentada.

CAPÍTULO 2 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO FEMINISTA

Adentraremos agora em uma explicação curta, mas eficiente para os fins desse trabalho, do que vem a ser a história não apenas do movimento feminista brasileiro, mas também a forma como esse se encaixou na realidade participativa estudada acima. Isso se faz necessário, pois é o grupo em que abarca e concentra o foco aqui pretendido, a luta política pela conscientização e descriminalização do aborto no país.

Cynthia Andersen Sarti (2004) propõe-se a realizar uma retrospectiva, mesmo que breve, da trajetória de luta do movimento feminista, com ênfase em um retrato histórico do contexto nacional. Com base em seus estudos, não se deixa possível identificarmos um único ponto de partida condutor do surgimento das reivindicações de mulheres em nosso país. A mesma recorta como início entornos da década de 1970, isso porque, é comum encontrarmos em meados desse período a retomada das pautas sociais, em contraposição ao regime autoritário instaurado tanto no Brasil, como em toda a América Latina.

Segundo a autora, o surgimento de um possível movimento de mulheres se deu em um caráter brasileiro *sui generis*. Onde, o próprio se consolidou primeiro em organizações focadas em pequenos contextos, com pautas mais ligadas à vida coletiva, em detrimento de uma tentativa, de fato, de questionamento de paradigmas de gênero⁴, nas quais, “as organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação” (2004, p. 39). Com apoio principal da esquerda e dos setores da Igreja Católica contrários à ditadura. E, portanto, em não muito tempo

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras. (p. 40)

Entretanto, se levarmos em consideração que uma das entidades de apoio desse feminismo provinciano, é um grupo religioso, e que a ligação com as feministas das camadas

⁴ Como veio a se dar nos contextos europeus e norte-americanos, onde a representação do movimento é colocada como pertencente à elite intelectual.

médias acontece de maneira lenta.⁵ É possível, compreender a conclusão da autora de que temas como “o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública.” (p. 39)

Já se seguirmos na linha do tempo, temos os escritos de Rocha (pp. 370-371, 2006), de que é no contexto das mobilizações sociais que ocorrem por volta do começo da década de 1980, onde começa-se a perceber maior presença das pautas sobressaltadas pelas mulheres. Sendo atribuído em grande medida aos ares de redemocratização, a autora nos apresenta um pano de fundo menos restrito à discussão acerca da descriminalização do aborto. Rocha (2006) utiliza-se ainda dos escritos de Barsted (1992) para esclarecer o que considera ser o primeiro grande feito do movimento feminista:

[...] um importante encontro de cunho nacional organizado no Rio por um conjunto de entidades e grupos feministas, em 1983, sobre saúde, sexualidade, contracepção e aborto. A seu ver, foi um marco no debate público da questão, que congregou mais de 300 mulheres, representando 57 grupos de quase todo o país. Conforme o documento final desse encontro, o aborto era considerado um direito e demandava informações para as mulheres e serviços públicos para atendê-lo – já se começava a falar sobre políticas públicas nessa área (Rocha, 2006, p. 371).

O cenário encontrado já descrito anteriormente explicita grande parte do sentimento presente à época. Isso acontece em razão da “energia participativa” que a nova constituição trazia consigo, assim como apontado por Montanbeault (2018). Houveram grandes movimentações sociais para que tanto a Assembleia Nacional Constituinte, quanto o texto final da Carta Magna brasileira contassem com mecanismos voltados às possibilidades de participação social. Contudo, a própria autora nos mostra como essas esperanças, no geral, permaneceram em *stand by* durante diversos anos, pois por mais que a nova constituição trouxesse de maneira clara a viabilidade de participação direta da população, sua ação vê-se limitada aos conselhos gestores e locais onde o orçamento participativo já é uma realidade⁶.

⁵ Podendo ser dito, até mesmo, que nos dias de hoje ainda não se chegou a um imbricamento total, ou ao menos, plenamente satisfatório

⁶ ambos se situam como exceções à regra e são responsáveis, na maioria dos casos, por baixos níveis de responsabilidade.

Com isso, tentamos entender as origens do movimento feminista à brasileira. Colocando-se, portanto, como algo importante na construção desse trabalho, uma vez que, assim como vimos, a apresentação de características próprias para tal, sendo passível de inclusão nessa avaliação até mesmo o desenvolvimento desse até os dias de hoje. Colocar o caso brasileiro no mesmo pacote de estudo que os exemplos de feminismos já conhecidos e mais estudados pela academia seria, de certa forma, injusto com as peculiaridades e cuidados que devemos tomar ao tentar compreender como esse fenômeno se comporta aqui, e como interage com seus desdobramentos.

É nesse sentido que Sarti (2004) coloca em seu trabalho as seguintes considerações acerca da construção do curso feminista no Brasil, e como o mesmo lida com

[...] o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita [...] Pressupõe, assim, recursos de ordem material e simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais. [...] Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso acontece precisamente porque as mulheres não constituem uma categoria universal [...] A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado. (p. 44)

Assim, é possível concluir que a origem atípica desse movimento no país, contribui para a concepção tanto do próprio feminismo sobre si mesmo, quanto para a visão moldada atribuída a ele. Nesse sentido, vale destacar, bem como apresentado anteriormente nesse capítulo a importância das análises de quais as origens de formação, as referências intelectuais e culturais, e a condição socioeconômica de quem estuda e de quem é estudado. Dessa forma, parto para uma exposição do tema proposto, com o intuito de demonstrar como essa vem a ser uma pauta presente dentre os mais diversos feminismos, além de mostrar-se necessária para a continuidade da saúde coletiva como um todo.

A. Visão geral sobre o aborto no Brasil

Seguindo nessa linha, partimos agora para a segunda parte do atual capítulo, ou seja, uma colocação de como a reivindicação pela descriminalização se encaixa nessa aresta, quais

são as discussões políticas sobre o assunto, e como uma nova forma de participação social pode influenciar positivamente o futuro do movimento, aumentando, por sua vez, a influência dessa modo de participação extra-institucional. Entretanto, entendo como importante, antes de mais nada, apresentarmos explanação sobre a importância da dita reivindicação, e a relevância de seus dados e obstáculos.

No caso brasileiro, podemos ver que após mudanças em alguns arquétipos que tangem os direitos reprodutivos, fazemos avanços a passos lentos, como a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o qual segundo Ventura (2009, p. 29) surgiram a partir de reivindicações participativistas dos movimentos feministas e aqueles requerentes de uma certa reforma sanitária nacional. Todavia, ainda não tocamos em assuntos pertencentes a realização de abortos em instituições públicas, tampouco na ampliação desse direito à todas as mulheres.

Em nosso país, a exemplo de vários outros no mundo, há um recorte que creio ser fundamental para o entendimento da necessidade de abrangência universal do acesso ao aborto realizado de maneira segura: a desigualdade de renda. Isso se dá, pois existe uma crença ilógica e velada de que devido a proibição legal dessa prática, em casos gerais, a mesma não acontece. Porém, além de acontecer, discrimina e coloca em situação de perigo a classe mais pobre da população

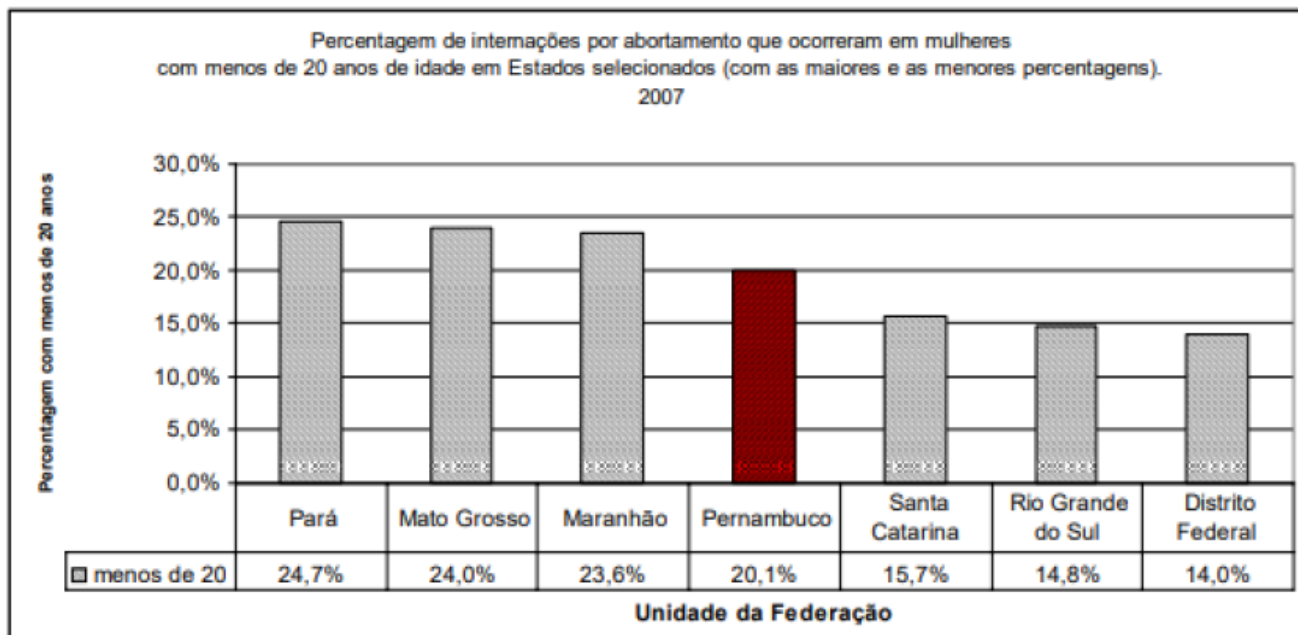
As camadas mais ricas possuem maior facilidade para ingressar em mercados internacionais visando a realização de métodos abortivos em instituição concretas, contam com mais poder aquisitivo de tratamentos e remédios modernos e seguros para suas práticas. Isso soma-se ainda, a desigualdade no acesso à educação. Enquanto as camadas mais pobres submetem-se a instalações clandestinas, sem garantias da capacidade profissional daqueles que o realizam, e com amparo estatal precário em casos de complicações.

Essas diferenças causam complicações nos procedimentos atualmente realizados no Brasil, podendo até mesmo levar à morte de inúmeras mulheres com menor poder aquisitivo. É passível de observação mulheres em regiões economicamente sensíveis sofram ainda mais com essas respostas. Afim de ilustrar esses dados, trago o dossiê feito por Beatriz Galli, Mario F. G. Monteiro, Ana Paula Viana e Núbia Melo (2007), que por sua vez está focado no Estado de Pernambuco, contudo consegue nos mostra dados interessantes para essa reflexão final.

O gráfico a seguir se propõe a apresentar os maiores e menores números para fins de comparação. Coloca-se nítida a observação de que os quatro cenários mais elevados se encontram em estados com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) à época; Pará – 0,782 (17º na colocação nacional); Mato Grosso – 0,808 (11º idem); Maranhão – 0,724 (26º idem); Pernambuco – 0,742 (24º idem).

Todos os expostos encontram-se abaixo da média nacional de 0,816. Já os três menores, intitulam seus resultados em Santa Catarina – 0,860 (2º na colocação nacional), Rio Grande do Sul – 0,847 (5º idem) e Distrito Federal – 0,900 (1º idem), todos acima da média apresentada anteriormente. (Dados IDH: BANCO CENTRAL DO BRASIL, Evolução do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2009). Corroborando para o argumento apresentado de que as populações carentes sofrem mais com os riscos posteriores dos procedimentos clandestinos. Reitero apenas que o destaque dado ao estado de Pernambuco é devido ao intuito primordial do gráfico em seu documento de origem, o qual, tem como objeto de estudo a dita unidade de federação.

Gráfico 1 – Percentagem de internações por abortamento em menores de 20

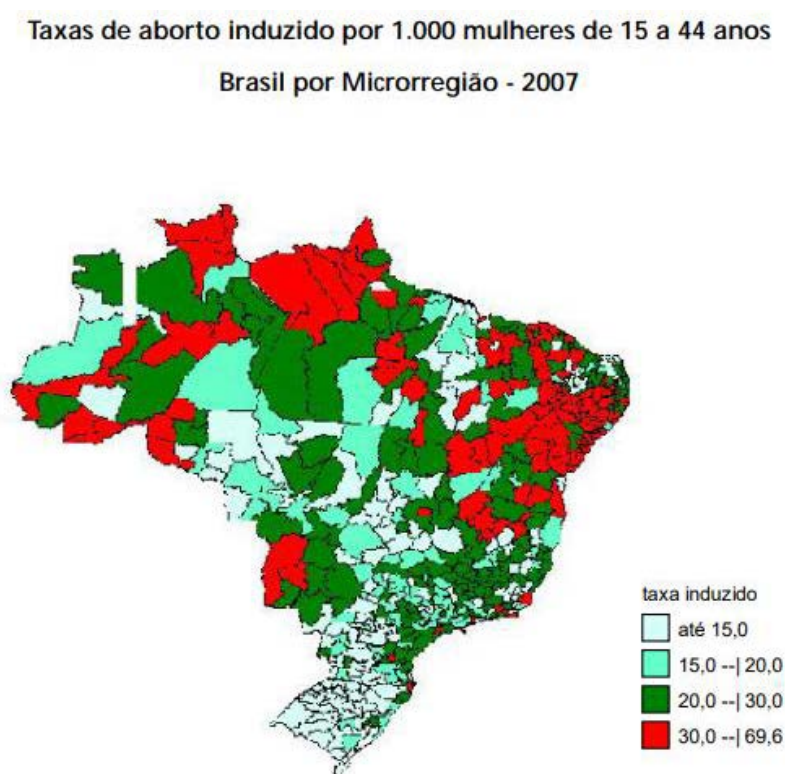


(Fonte: Beatriz Galli, Mario F. G. Monteiro, Ana Paula Viana e Núbia Melo, 2007, p. 8)

Segue também, abaixo mapa produzido pelo mesmo dossiê que os gráficos anteriores. Creio ser interessante colocarmos esse por se tratar de um público mais abrangente que o

anterior, uma vez que, o primeiro trata apenas das mulheres com menos vinte anos, enquanto esse segundo, pega uma faixa etária de quase trinta anos de amplitude, considerando assim, tanto os mais diferentes casos da realização do procedimento. A fragilidade da imagem se dá pelo fato de remontar de doze anos atrás, e ser produzida a partir das microrregiões do país, dificultando em partes, a visualização dos dados apresentados anteriormente. Mas em suma, é possível ter noção da fragilidade de nosso sistema de “controle” do aborto.

Figura 2 – Taxa de aborto induzido por mulheres de 15 a 44, por microrregião



(Fonte: Beatriz Galli, Mario F. G. Monteiro, Ana Paula Viana e Núbia Melo, 2007, p. 9)

Lembrando que até o momento colocamos a reflexão sobre a importância da participação extra-institucional, a realidade brasileira quanto a isso, e um breve retrato dos números por trás dos casos de abortamento no país.

Vale colocar, nesse caso, mais a título de curiosidade, o resultado para dentro do Estado da existência desses movimentos, nos casos de outros países latino-americanos. Utilizo-me para esse fim das palavras de Richardson e Birna (2013, p. 52) “o Ativismo do movimento de mulheres e grupos de saúde reprodutiva tem sido um fator determinante para garantir, por exemplo, que as novas Constituições do Equador, Bolívia e Venezuela

reconheçam os direitos sexuais e reprodutivos.”. Já para destacar a mesma relevância desses grupos, mas com foco voltado para a sociedade civil modeladora da política de maneira extra-institucional, coloco as palavras de Berer (2008, p. 75)

as mulheres que já realizaram abortos e as ativistas da saúde da mulher que contam suas histórias podem dar ao aborto uma face humana por meio da mídia [...] e de encontros públicos. Histórias pessoais, não apenas dados, ajudam a fazer com que as consequências do aborto inseguro se tornem impossíveis de serem ignoradas.

Por fim, retornando ao espectro político da discussão, temos Leila Barsted (1998), que ao escrever sobre a tramitação de projetos no âmbito legislativo, ainda na década de 1990, que versavam sobre a eminência de maiores restrições às políticas públicas no sentido da liberdade – e saúde – reprodutiva das mulheres no contexto nacional, consegue resumir as pautas e aspirações do movimento, à época,

A implementação do aborto legal no SUS deve ser uma exigência do movimento de mulheres junto ao Poder Executivo. Nesse sentido, os Conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos das mulheres, os grupos e as organizações não governamentais de mulheres, as militantes de partidos políticos [...] devem cobrar do Presidente da República a sua responsabilidade para com a saúde e a implementação dos direitos das mulheres, atuando através de ato administrativo para autorizar o SUS a realizar o aborto legal. (p.5)

Assim fechamos esse tópico que, em sua vez, teve o objetivo de introduzir a questão da problemática das agendas que pedem uma assistência e reforma no código penal em face da realização de procedimentos abortivos já existentes no mundo todo. O objetivo dessa monografia, a partir de então, é tentar, de certa forma, atualizar o modo como olhamos tanto para essa pauta, quanto para a forma de participação social e política em que ela vem se adentrando.

CAPÍTULO 3 – NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO

Como previamente exposto, sabemos que a internet veio para dar nova roupagem a práticas antigas de comunicação, trazendo isso ao alcance de novos públicos, seja pela sua amplitude, seja pela facilidade e rapidez em que as informações circulam. Partindo de diversas ótimas para observar esse fenômeno, é possível, no geral, perceber grande mudança na forma de comunicação e organização das sociedades. Daí, a necessidade de apontar novos formatos para as tentativas da sociedade de se fazer ouvida perante a classe política de representação.

Dessa forma, é possível deduzir de antemão que as organizações sociais viram-se quase obrigadas a seguir essa tendência, uma vez que, perceberam suas fontes de captação de recursos e pessoas, assim como seu alcance e relevância pública ameaçados pela obsolescência.

Para esclarecer melhor o entendimento dessa fala, trago os dois trabalhos a seguir a fim de apresentar seus conceitos e ponderações. A priori, precisamos colocar o que está se compreendendo dentro da ideia de *ciberativismo*, a qual Pontes (2014) trata de forma sinônima o termo *cibermilitância*, apresentado em seu trabalho “Cibermilitância: Internet como plataforma de comunicação e espaço social para as minorias.” (idem). Vejamos:

A cibermilitância, nada mais é do que ações realizadas por organizações/grupos - sejam eles ONGs ou não -, através das conexões em rede, utilizando das ferramentas disponíveis na web para que discussões, movimentos e planejamentos sejam feitos em prol do interesse coletivo, independente do número de participantes. Os números não são fatores importantes nestes casos, pois a força para atingir os objetivos aqui, independe de grandes quantidades, mas sim, dos trabalhos através das informações - subsídios para o nascimento, desenvolvimento e crescimento dos menores grupos e suas visões. (PONTES, Felipe Tadeu, pp. 14 e 15, 2014)

Destarte, podemos invocar as críticas apresentadas no primeiro capítulo desse trabalho, especificamente as de Young (2014) e Silva (2004), quando esses nos trouxeram as reflexões acerca da possibilidade, disponibilidade e aderência dos mais diferentes grupos étnicos e sociais no que diz respeito à sua participação nos meios de debate e decisão política.

Para refrescar-nos a memória; os autores indagam sobre como um cidadão comum poderia deixar seus afazeres cotidianos para envolver-se voluntariamente na vida pública, abarcando assim, questões financeiras, conhecimento dos temas debatidos, ciência da realização de determinadas audiências e seus afins, etc. Sem contar ainda, que mesmo quando esse grupo de pessoas consegue contornar as adversidades rotineiras (tanto por meio da participação extra-institucional citada, quanto pela forma oficial-legal de eleição para cargo público), encontra-se posteriormente marginalizado pelos mandachucas da política nacional vigente. Dado que, mulheres, negros, LGBTs, indígenas e pobres são categorizados por esses como uma minoria social desqualificada para o debate.

Para tal, coloco uma das formas de se remediar essa defasagem histórica sobre os grupos elencados: a participação nos movimentos *online*. Pois ao alinhar a agenda das ONGs (Organizações Não-Governamentais) e o poder que as redes sociais ganharam nos últimos anos, temos então uma nova forma de difusão abrangente e democrática do conhecimento (PONTES, p. 12, 2014).

É desse pensamento que puxamos o gancho para o segundo trabalho a ser colocado a respeito do tema. Trabalho o qual, nos introduz um termo necessário para o maior imbricamento entre a teoria estudada e o ponto por ora debatido, a Nova Esfera Pública Interconectada. Esse conceito é colocado pelo autor como elo complementar ao parágrafo anterior, ou seja,

[...] como um processo pelo qual a sociedade civil forma opiniões (através destas mídias) e interage com vários setores diferentes e até mesmo antagônicos que povoam o ambiente informacional da sociedade em Rede. Com a internet, os usuários passam a ser consumidores e produtores de informações/conteúdos, podendo emitir opiniões (sob os mais variados formatos e linguagens digitais) sem nenhum filtro editorial. (MILHOMENS, p. 05, 2011)

Percebemos aqui, com ênfase nas últimas palavras da citação, um fator importante para a produção e difusão de todo o tipo de conhecimento via internet. Fator esse que pode ser analisado como uma via de mão-dupla. Uma vez que, por um lado o “fim” do filtro editorial permite que agora sejam publicados textos sobre assuntos polêmicos, antes invisibilizados pelos grandes meios de comunicação, como é o caso da pauta pró-aborto legal, objeto de análise desse trabalho. Por outro, permite também que a disseminação de conteúdos de origem

duvidosa, para não dizer completamente falsa, tenha também grande proliferação. Vivemos agora o grande *boom* das chamadas *Fake News*, conceitua-se pela sua tradução literal pra o português, Notícias Falsas. Logo, fica aqui um alerta para a importância da existência de movimentos sociais consistentes e bem estruturados nesse meio.

Coloco então apenas mais uma consideração sobre as benesses dessa forma atual de fazer política. Essa cada vez mais traz consigo um efeito globalizante, o qual interliga movimentos e nos deixa conhecer realidades para além da fronteira brasileira. Contribuindo assim para a troca de experiências entre pessoas ao redor do globo, não mais entre Estados-Nação fechados em si e em suas burocracias.

Por fim, partimos para a apresentação do último ponto proposto por essa monografia, o encontro entre a importância da participação política do movimento feminista, especialmente aquele ligado à pauta supracitada, e as novas formas de mobilização. Para tal, vamos utilizar os escritos de Raquel de Almeida Marques (2013), essa inicia falando, uma vez mais, sobre a importância de passarmos a considerar em nossas análises a presença da movimentação online.

Com isso, a autora apresenta a ideia de Baringhorst (2008, ad roc Marques, 2013), para quem, o uso da internet para essas funções se dá em variadas formas. Dentre elas, as que considero mais relevantes são a capacidade de mobilização rápida e geograficamente ampla, e função cognitiva de comunicação e produção de conhecimento.

Considerando o já exposto sobre o alcance e importância dessa temática, em conjunto com o destaque que as teorias participativas merecem, tanto na academia, quanto nos resultados que logra na sociedade civil trago a consideração de Marques (2013), acerca da relevância para o contexto político nacional de sua existência. É defendido pela escritora que o aborto vai além de uma questão sobre saúde pública, passando por um controle do corpo feminino muito interessante ao campo político, o qual, utiliza-se como um recurso eleitoral mobilizante das pessoas colocadas como opostas à bandeira aqui levantada, como é o caso do exemplo utilizado, onde o cenário nacional

[...] foi marcado pela intensa distribuição da população que se afasta da então hegemônica igreja católica rumo a outros grupos como o segmento pentecostal. [...]. Tal cenário, alinhado com várias conjunturas políticas e intensificado por iniciativas do governo Lula [...], levaram a uma polarização da campanha à presidência de 2010 [...]. Nesse sentido, podemos perceber a

relevância do tema na sociedade brasileira, o quanto movimenta paixões e interesses, na medida em que mobiliza massas que são capazes de eleger ou derrubar presidentes. (MARQUES, 2013, p. 25)

É, no momento, lembrando por Marques também das palavras de Barsted (1994, ad roc Marques, 2013, p. 25), a qual reafirma que “[...] a questão do aborto, apesar de sua gravidade para a saúde da mulher, não tem sensibilizado o Estado, os sindicatos, partidos políticos ou associações significativas da sociedade.”. O ente estatal resguarda-se a criação de pequenas instituições para tratar do tema, sem pretensão de real mudança, uma vez que, como vimos, as mobilizações contrárias ganham forças à medida em que aprofundam sua ligação com setores cada vez mais conservadores dos centros religiosos, a despeito do que presenciamos nos últimos anos.

Podemos, por ora, pontuar que os avanços globais e nacionais para a melhoria no atendimento dos âmbitos de saúde e liberdade corpórea da mulher se dá, em sua enorme maioria, às mobilizações levantadas pelos próprios movimentos sociais. E que, cabe a esses adentrar nos novos meios de cooptação de agentes interessados em progredir com essa pauta, por meio dos progressos tecnológicos.

CONCLUSÃO

Para iniciar a conclusão, coloco um ponto de vista pessoal antes de um resumo do que foi pesquisado, assim como se é esperado. Ao iniciar essa pesquisa, há mais ou menos um ano, tinha inúmeras certezas do que iria escrever, se não em toda, mas em boa parte dessa monografia, com pretensões enormes sobre os temas aqui abordados. Entretanto, foi só nas idas e vindas de, de fato, pesquisar e escrever – e reescrever – os assuntos abordados, que me dei conta do tamanho de sua profundidade e complexidade. Devido a isso, o trabalho foi limitado pelas fronteiras necessárias, não cabendo aqui sanar esse problema, nem propor soluções definitivas, até porque o mesmo envolve aspectos da sociedade muito mais profundos do que pude abordar ao longo da exposição acima, como a legislação penal brasileira, a presença da religião na formação de agenda, o papel do SUS (Sistema Único de Saúde), a formação de diversos especialistas, entre outros.

Todavia, foi meu objetivo ter deixado claro três pontos ao longo dos escritos, estes são: a) perspectiva de retomarmos o controle sobre política com as teorias de participação social; b) consideramos como a influência de um movimento pode moldar a atuação estatal, mesmo que não cheguemos ao ponto ideal de participação plena; e c) a contribuição do ciberativismo nessa mudança de paradigmas (PONTES, 2011), destacado por sua construção de conhecimento ao alcance da grande massa normalmente excluída da política, aumentando então seu capital social e acarretando maior consciência ao participar de uma determinada discussão (BAQUERO, (1)2004 e (2) 2008).

No que tange os grupos pró legalização do aborto, tentei demonstrar de maneira sucinta, porém clara da eminência de sua participação cada vez mais próxima dos tomadores de decisão agentes do Estado. Isso se faz necessário, uma vez que, as questões sociais e políticas alinhadas com a argumentação dos estudiosos de saúde pública demonstram que essa tentativa de controle corporal causa apenas desigualdades maiores que as já existentes no acesso à saúde plena. Refletindo sempre nos cenários, ambientes e oportunidades dispostas aos grupos antagônicos demonstrados.

Finalmente, concluo a monografia acima citada com a indicação de um campo de pesquisa mais aprofundado nesse debate, dado que, os efeitos da chamada cibermilitância ainda são escassos e devem moldar-se com o passar dos anos, visto a rapidez com a tecnologia impacta as relações humanas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; BÜLOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 52–84, 2017.
- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, S. E. (ORGS); DAGNINO, E.; ARTURO, E. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino - Americanos: novas leituras*, 2000. .
- AVRITZER, L. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.
- AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *Texto para Discussão*, p. 28, 2012b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1739.pdf>.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 43–64, 2008.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 383–398, 2012a.
- AVRITZER, L. *Teoria Democrática e Deliberação Pública*. *Lua Nova*, v. no 50, 2000.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98–104, 2005.
- BAQUERO, Marcelo. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública* (nº 2), pp. 380-413. 2008
- BARINGHORST, S. Political Protesto n the Net. *Policy Studies*. 2008; (4); pp. 63-93
- BARSTED, L. de A. L. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 1, p. 104–130, 1992.
- BARSTED, L. L. O Movimento Feminista E a Descriminalizacao Do Aborto. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 289, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12157/11427%0Ahttps://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100021/8728>>.
- BARSTED, Leila de Almeida. Em busca do tempo perdido – Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Estudos Feministas*. 1994; 2 (2º semestre); pp.38-54
- BERER, Marge. Leis nacionais e aborto inseguro: parâmetros de mudança. *Revista Questões de Saúde Reprodutiva*, nº 3, 2004
- CASTRO, H. C. de O. de; TEIXEIRA, F. Participação Política No Brasil No Século Xxi: Mudanças E Continuidades. *Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 2, p. 20–33, 2012.

COSTA, A. A. A. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA¹. Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, p. 1–20, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización, p. 95–110, 2004.

FERES, Cláudia Faria. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Lua Nova, nº 50, 2000, pp. 47-68.

GALLI, Beatriz; MONTEIRO, Mario F. G.; VIANA, Ana Paula; MELO, Núbia. Dossiê sobre s Realidade do Aborto Inseguro em Pernambuco: O Impacto da Ilegalidade do Abortamento na Saúde das Mulheres e nos Serviços de Saúde de Recife e Petrolina. 2007.

MACHADO, D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 25–54, 2012.

Marcello (Org.). Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARQUES, R. de A. Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-04092014-124720/>>.

MEDINA, T.; ROCHEL, C. O discurso do movimento feminista brasileiro sobre o aborto. 2009.

MILHOMENS, Lucas. Entendendo o Ciberativismo Sem-Terra e a Nova Esfera Pública Interconectada. 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011.

MONTAMBEAUL, Françoise. Uma Constituição cidadã? Sucessos e limites da institucionalização de um sistema de participação cidadã no Brasil democrático. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 261-272, maio-ago. 2018

PONTES, F. T. Ciber militância: internet como plataforma de comunicação e espaço social para as minorias. CELACC / ECA-USP, 2011.

RAMOS, J. D. S. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 7, p. 55–82, 2012.

RICHARDSON, Emma, e BIRNA Anne-Emanuelle. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos na América Latina: uma análise de tendências, compromissos e conquistas. Revista Questões de Saúde Reprodutiva nº 6, 2013.

ROCHA, M. I. B. da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 23, n. 2, p. 369–374, 2006.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: p. 111–138, 2014.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu, n. 16, p. 31–48, 2010.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35–50, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. *Revista Política & Sociologia*, nº 5 de outubro de 2004

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia Política: Elementos de Ciência Política*. São Paulo: DIFEL, 1979.

SILVA, Felipe C. da. *Democracia deliberativa: Avaliando os seus limites*, (Ii), 1–39. 2004.

TRINDADE, Thiago A. Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o Movimento de Moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. Tese de Doutorado – UniCamp. 2014.

VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA. 3ª edição, 2009.

WOITOWICZ, K. J. *Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: Ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência* 1. v. 2, 2012.

YOUNG, Iris M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13 abril de 2014, pp. 187-212